

Nota da Presidência



No dia 13 de fevereiro, o Presidente do Poder Judiciário do Estado da Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, participou de audiência com o Ministro Luís Felipe Salomão, Corregedor Nacional de Justiça, em Brasília.

Na ocasião, atendendo a convite do Presidente da Corte baiana, compareceu o novo Presidente da Associação de Magistrados da Bahia (AMAB), Desembargador Júlio César Lemos Travessa, que teve a oportunidade de defender tema de interesse da Magistratura e veio acompanhado de advogado da Associação, cujo escritório tem sua sede na capital federal.

O encontro, também, contou com a participação dos Desembargadores Mário Augusto Albiani Alves Júnior e Abelardo Paulo da Matta Neto; da Juíza Assessora Especial – Assuntos Institucionais, Dra. Rita Ramos; do Primeiro Vice-Presidente da AMAB, Dr. Eldsamir da Silva Mascarenhas; do Assessor Jurídico da AMAB, Dr. Walter José Faiad de Moura; e do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Daniel Vianna Vargas.

O diálogo permanente com a Corregedoria Nacional de Justiça é relevante para todo o Judiciário, diante do conjunto de destacados papéis que ela executa nacionalmente.

Todas as atribuições do Corregedor Nacional de Justiça estão definidas na Constituição Federal, no § 5º do artigo 103-B, e regulamentadas no artigo 31 do Regimento Interno do CNJ.

Em regra, a Corregedoria Nacional de Justiça atua na orientação, na coordenação e na execução de políticas públicas voltadas à atividade correcional e ao bom desempenho de Tribunais e Juízos do País.

Durante o encontro, em que houve a livre manifestação de todos os presentes, inclusive do Advogado da AMAB, parte interessada no procedimento, o Presidente do PJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco, teve a palavra em primeiro lugar, contextualizando os fatos e relatando, em breves palavras, o que ocorreu na questão sobre a Lei Estadual de Simetria – pauta da reunião.

Assim, com a nobre condução pelo Min. Luís Felipe Salomão, o PJBA reforçou, de modo republicano, os laços institucionais com o CNJ, criando pontes entre esse órgão de controle e a AMAB, o que é evidência suficiente do diálogo que esta Presidência realiza com toda a Magistratura.

Desembargador Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia